

**XVI REUNIÃO REGIONAL AMERICANA DA
ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO**

Brasília – 2 a 5 de Maio de 2006

Senhor Presidente,

Senhor Director-Geral da OIT,

Senhoras e senhores representantes dos Governos,

Senhoras e senhores representantes dos parceiros sociais,

Minhas senhoras e meus senhores

Cabe-me a honra de, em nome de Portugal, dirigir a esta assembleia algumas palavras que, em primeiro lugar, são para agradecer ao Conselho de Administração da OIT a oportunidade de assistir, como observadores, aos trabalhos desta reunião, num gesto que interpretamos como o reconhecimento e valorização da dimensão ibero-americana que, assim, resulta ainda mais reforçada.

Trata-se de um espaço geo-estratégico a que Portugal atribui particular relevo no quadro das suas relações externas e que pretende ver aprofundado, aproveitando as excelentes relações que mantém com todos os países desta região, fruto de laços seculares como os que mantém, por exemplo e expoente máximo, com o Brasil, país anfitrião deste encontro.

Partilhamos com Espanha desta especial relação transatlântica e, mercê dessa condição privilegiada, queremos assumir a responsabilidade que nos cabe na promoção do diálogo intercontinental, em todos os planos, designadamente o político, o económico e o cultural.

A criação de uma Secretaria-Geral Ibero-americana e a realização próxima de uma Cimeira UE/América Latina e Caraíbas constituirão, estamos certos, marcos importantes desse processo de intercâmbio.

A promoção do trabalho digno (ie, com direitos), tema central e aglutinador da actividade da OIT de há uns anos a esta parte, constitui um verdadeiro dever de acção que se impõe a todos os actores políticos e sociais.

Ainda recentemente na Cimeira de Salamanca, os nossos Chefes de Estado e de Governo reafirmaram que *“atribuímos ao trabalho digno, como direito humano, um lugar central na agenda ibero-americana”*.

O Relatório que hoje nos é apresentado, pela sua notável qualidade e rigor, é claramente demonstrativo de que o conceito de trabalho digno não se reconduz a uma concepção teórica e abstracta. Constitui antes uma ideia claramente orientada para a acção, materializada num conjunto de medidas de expressão prática ao serviço de processos sustentados de desenvolvimento económico e social.

Portugal revê-se inteiramente nesta estratégia e apoia sem reservas os seus propósitos.

Ainda que num contexto diferente, também em Portugal se tem procurado incrementar um conjunto de políticas que visam o mesmo tipo de respostas. Assim, no âmbito do Plano Nacional de Emprego assumem particular destaque os seguintes aspectos:

- A aposta decisiva na qualificação da população portuguesa, dando novas oportunidades de realização pessoal e profissional a homens e mulheres, através de um programa específico a que chamámos “Novas Oportunidades”. O objectivo que nos propusemos foi o de requalificar 1/5 da população activa até 2010, como forma de acelerar a resposta ao enorme défice que Portugal apresenta nesta matéria;
- A prioridade dada à certificação dos saberes adquiridos ao longo da vida, com dupla certificação escolar, por via do seu reconhecimento formal através de centros acreditados para o efeito.
- A orientação de programas específicos para a promoção da inserção nos mercados de trabalho dos grupos mais vulneráveis e ou que apresentem maior risco de exclusão social, prestando especial atenção aos jovens, idosos e às pessoas com deficiência.

Quero apenas deixar-vos mais uma breve nota quanto à medida emblemática adoptada este ano pelo Governo de Portugal e que se insere no quadro da nova geração de políticas sociais e que visa reforçar a protecção social dos mais desfavorecidos: a criação de uma prestação extraordinária destinada aos mais idosos com rendimentos inferiores ao valor estipulado como limiar de pobreza.

Senhor Presidente, senhoras e senhores delegados,

As questões sobre as quais aqui reflectem relevam do modelo de sociedade que pretendemos construir. Na era da globalização em que, a par de inegáveis benefícios para os nossos povos se podem igualmente antever novos riscos de agravamento de assimetrias e injustiças, torna-se inadiável fazer opções conscientes e inteligentes que salvaguardem o

enorme património de progresso social laboriosamente construído ao longo dos tempos.

A OIT tem sabido dinamizar esta discussão de uma forma responsável e perspicaz, produzindo documentos de referência que conferem solidez e coerência às opções que propõe, não sendo alheia a esta evidência a visão esclarecida de Juan Somavia.

Para além do que, dada a sua natureza específica, a OIT é hoje o único fórum multilateral onde, nomeadamente, membros da OCDE, países em transição e desenvolvimento e economias emergentes se encontram, num ambiente tripartido, para discutir as implicações sociais da economia mundializada.

Tem pois a OIT as condições para continuar a protagonizar esse importante papel, afirmando-se como pilar da dimensão social da globalização.

Termino agradecendo muito especialmente ao Ministro do Trabalho e do Emprego da República Federal do Brasil, Dr. Luiz Marinho, a magnífica hospitalidade e o esplêndido ambiente que aqui encontramos.

Obrigado pela vossa atenção.

Brasília, 3 de Maio de 2006

Gabriel Bastos

*Chefe do Gabinete do Ministro do Trabalho
e da Solidariedade de Portugal*